ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 16/11/2023 NA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG).

Assunto: A regularização das Associações dos Bairros e Rurais no âmbito do Município de Montes Claros.

Aos dezesseis (16) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, às sete horas e quarenta e cinco minutos (07h45), ocorreu Audiência Pública, proposta pelo vereador Edson Pereira dos Santos, para discutir sobre: A regularização das Associações dos Bairros e Rurais no âmbito do Município de Montes Claros. Foram convidados e participaram da Audiência: o Sr. Celso Nunes (Presidente da CORDAM), a Sra. Andréa Laísse Costa e a Sra. Élida (Cartório de Registros e Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Montes Claros/MG, a Sra. Marilene Alves de Souza (Deputada Estadual), o Sr. Jurandir, representando o Sr. Tadeu Martins Leite (Deputado Estadual) e o Sr. Edmo Geraldo de Oliveira (Advogado Especialista em Associações). Foram convidados, compareceram: o Sr. Humberto Souto (Prefeito de Montes Claros/MG), o Sr. Guilherme Guimarães – (Vice-prefeito de Montes Claros/MG), o Sr. Andrey Soares de Oliveira (Delegado da Receita Federal de Montes Claros/MG), o Sr. Paulo Guedes (Deputado Federal), o Sr. Marcelo Freitas (Deputado Federal), o Sr. Arlen Santiago (Deputado Estadual), o Sr. Gil Pereira (Deputado Estadual) e o Sr. Ricardo Campos (Deputado Estadual). Após a abertura da reunião e a composição da Mesa, o vereador Edson Pereira, proponente da audiência, expôs os motivos e objetivos de sua realização. Abordou a necessidade de desburocratização na regularização das associações. O Sr. Celso Nunes ressaltou a importância do debate. Disse que as associações precisam de ajuda de custo do Poder Público. A Sra. Andreia Costa explicou sobre o procedimento necessário para que as associações obtenham existência legal. Disse que na cidade existem várias associações que funcionam de forma irregular e falou sobre a importância da regularização. A Sra. Elida Katiuscia disse que o cartório tem interesse em regularizar as associações. Ressaltou os prejuízos do presidente ao manter a associação irregular, pois o CPF fica vinculado ao CNPJ. O Sr. Edmo Geraldo disse que a criação, a fomentação e a regularização das associações são de extrema importância. Destacou que esse ano a sociedade tem se mobilizado para regularizar e retomar com as associações. O Sr. Jurandir falou da necessidade de simplificar o processo de regularização. A Sra. Marilene Alves de Souza salientou que é preciso pensar em uma forma de isentar ou de reduzir os custos cartoriais das associações e entidades. Falou sobre a dificuldade em destinar emendas para as associações em ano eleitoral. Houve participação do público presente, que, de um modo geral, ressaltou a importância das associações para a sociedade e falou

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

sobre a burocracia para regularizá-las. Além do proponente, participaram da audiência os vereadores: Aldair Fagundes, Cecília Meireles, Cláudio Rodrigues, Daniel Dias, Edmílson Bispo, Elair Gomes, Eldair Gonçalves, Igor Dias, Heudes Sigueira, José Marcos Freitas, Maria Helena Lopes, Maria das Graças Gonçalves, Marlus Mendes, Júnior Martins, Odair Ferreira, lara Pimentel, Raimundo Pereira, Reinaldo Barbosa, Rodrigo Maia, Stalin Cordeiro, Valdecy Fagundes e Wilton Dias. A vereadora lara Pimentel ressaltou que as associações são fundamentais para a construção de políticas públicas efetivas. O vereador Valdecy Contador orientou os presidentes a buscarem regularizar as associações. Colocou o seu mandato à disposição. A vereadora Maria das Graças Gonçalves questionou se há algum projeto de isenção de custos para as associações. Disse ainda que as associações necessitam de atendimento gratuito de um contador e um advogado. O Sr. Rodrigo Maia disse que é importante discutir a regularização das associações, mas também é necessário tratar sobre a moralização. O vereador Edmílson Bispo disse que existem irregularidades em muitas associações e ressaltou a necessidade de vistoriá-las. O vereador Stalin Cordeiro disse que acompanha as associações e sabe o quanto o trabalho dos presidentes é desgastante. Enfatizou que é necessário criar mecanismos para ajudar essas associações. O vereador José Marcos Freitas salientou que a Assembleia Legislativa precisa criar um projeto para isentar as associações das taxas. O vereador Igor Dias falou que é preciso lutar para acabar com a clandestinidade da utilização das entidades para fazer política. Sugeriu que esta Casa peça apoio aos deputados na regularização das entidades sem fins lucrativos. O vereador Cláudio Rodrigues sugeriu verificar com a Assembleia Legislativa a possibilidade de articular junto ao Tribunal de Justiça a redução dos custos das associações. O vereador Reinaldo Barbosa reiterou as dificuldades que as associações enfrentam. O vereador Edson Pereira informou que o Deputado Federal, Paulo Guedes, sugeriu que seja formada uma Comissão da Câmara Municipal para ir à Brasília resolver a situação das associações. O presidente concedeu a palavra aos convidados para as considerações finais. A Sra. Marilene Alves de Souza explicou que há um projeto em tramitação na Assembleia Legislativa referente ao tema. Sugeriu uma reunião com essa Comissão na Assembleia para debater sobre o assunto. O Sr. Jurandir reiterou a necessidade de ajustar as taxas para as associações. O Sr. Edmo Geraldo justificou a ausência dos deputados Paulo Guedes e Ricardo Campos e disse que eles estão à disposição. O Sr. Celso Nunes pediu apoio dos deputados. Ressaltou que a CORDAM está à disposição. A Sra. Andreia Costa reiterou a importância de manter a associação regular. A Sra. Elida Katiuscia esclareceu que as taxas do cartório são baseadas em uma tabela do Estado. Falou dos benefícios em manter a associação organizada e seguir o Princípio da Continuidade. O presidente da



Câmara Municipal, vereador Júnior Martins, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência. Nada mais havendo, lavrou-se esta ata.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 16 de novembro de 2023.